

DRAWING THE LINE: THE ALTO MINHO GALICIAN-POR-
TUGUESE BORDER IN 17^H TO 19TH CENTURIES PORTU-
GUESE MILITARY CARTOGRAPHY

Desenhar a linha: a fronteira luso-galega do Alto Minho na cartografia militar portuguesa dos séculos XVII-XIX

Luís Miguel Moreira

**Universidade do Minho y Centro de Estudos
Geográficos da Unversidade de Lisboa**

Fecha recepción 13.06.2014 / Fecha aceptación 22.07.2014

Resumen

La delimitación de la frontera luso-gallega de la Provincia de Entre Douro y Miño es anterior a la fundación de Portugal, aunque su confirmación y configuración actuales solo se establecieron con la firma del Tratado de Límites de 1864. En un primero momento, esta frontera política no coincidía ni con la frontera lingüística ni, tampoco, con la frontera cultural, por lo que la Corona y el Poder Central emprendieron el esfuerzo de demarcar militarmente la Raya para delimitar su soberanía. En este texto se analizará la aportación de di- »

Abstract

The delimitation of the Portuguese-Galician border in the province of Entre Douro and Minho dates to before the foundation of Portugal, but its current configuration was only established by the Treaty of Limits of 1864. Originally, this political frontier was based on neither linguistic nor cultural realities, and so both the Crown and the Central Power resorted to military means for delineating the border and demarcating its sovereignty. In this paper, we will analyse the role played by different graphical representations—maps, views, plans and »

versas representaciones gráficas de este sector de la frontera –mapas, vistas, planos y dibujos– a la fijación de una línea de separación política entre los dos países.

Palabras clave

Cartografía; frontera; mapas; ingenieros militares

drawings—of this section of the border in establishing the line of political separation between the two countries.

Key words

Cartography; border; maps; military engineers

1. As origens da fronteira alto minhota, séculos XIII-XVII

A precoce individualização do território português no espaço político peninsular, durante a Idade Média, contribuiu para acelerar o processo de definição e consolidação das suas fronteiras, concretizado em 1297 aquando da assinatura do Tratado de Alcañices, entre os reis de Portugal e de Castela-Leão¹.

Contudo, nestes primeiros tempos, longe de constituir uma linha de demarcação fixa, a «Raia» luso-espanhola - muito especialmente na Província de Entre Douro e Minho - partilhava uma mesma Geografia física e cultural que, em vez de separar, contribuía para estreitar laços entre os povos dos dois lados da fronteira². Assim, a Raia galega-portuguesa, cedo constituiu um território de confronto entre as forças centrífugas locais e regionais, que se alargavam aos territórios de Além Minho, e o poder Central, na figura do rei, que pretendia consolidar a sua soberania sobre o território de Aquém Minho. Deste modo, a estratégia de afirmação do poder Real passou por criar uma linha de povoações fortificadas com o objetivo de fixar a população e assegurar a defesa do reino, ao mesmo tempo que os seus castelos constituíam símbolos da presença do Poder Central e marcos da fronteira³.

Este carácter especial raiano criava dificuldades adicionais em momentos de guerra e de conflito, pois os vínculos pessoais e familiares dos alcaides e senhores do Minho estendiam-se para a Galiza, o que originava um novo foco de confronto interno com o poder real como, de resto, ficou bem patente aquando da crise dinástica portuguesa de 1383-85, pois nenhuma povoação do vale do Minho reconheceu a realeza de D. João I, antes dando «voz por Castela»⁴.

1. Neste contexto, ver a síntese sobre a formação da identidade nacional em J. Mattoso, *A Identidade Nacional*, 4ªed., Lisboa, 2008.

2. São inúmeras e profundas as afinidades familiares, linguísticas, culturais, religiosas e comerciais, que se desenvolveram entre as duas margens do rio Minho, bem como na raia seca, pelo Planalto de Castro Laboreiro, prolongando-se até a atualidade. Uma perspetiva sobre a fronteira galego-minhota, na época medieval, pode ser vista em: M. Coelho, “As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV”, *Revista da Faculdade de Letras – História* [Porto], II série, vol. VII, 1990, 59-70; J. Marques, “A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média”, em F. Silva (ed.), *Estudos de Homenagem Luís António de Oliveira Ramos*, Vol. I, Porto 2004, 697-712; T. Rodrigues, “A fronteira do Minho nos finais da Idade Média: aspectos socioeconómicos”, *Revista da Faculdade de Letras – História* [Porto], II série, vol. XV-I, 1998, 129-138; C. Baliñas Pérez, «La “Estremadura” Gallega altomedieval y los orígenes de Portugal», en *Revista da Faculdade de Letras – História* [Porto], II série, vol. XV-I, 1998, pp. 139-162 e C. Barros, “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, *Medievalismo*, nº 4, 1994, 27-39.

3. Sobre a estratégia régia definida para a fronteira do Minho e as múltiplas relações que se estabeleceram nas suas margens no período medieval, ver A. Andrade, *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, 2001, 96-105; J. R. Magalhães, “O Enquadramento do Espaço Nacional”, em J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa 1997, t. 3, 19-59. Numa perspetiva espanhola, ver V. Álvarez Palenzuela, “Relations between Portugal and Castile in the Late Middle Ages – 13th-16th centuries”, *e-Journal of Portuguese History*, Vol.1, 1, 2003, 1-18.

4. Já antes da crise dinástica de 1383-85, as chamadas «Guerras Fernandinas» haviam transformado a fronteira do Minho num teatro de operações militares, com incursões, razias e cercos, num e noutro lado

A partir da segunda metade do século XV, a nova dinastia reinante em Portugal (de Avis), empreendeu um esforço de centralização do poder e da autoridade real, limitando, por vezes por via da força, a influência das principais casas senhoriais, e estendendo o seu controlo e administração a todo o território português. Neste seguimento, entre 1480 e 1542, foram realizadas várias demarcações oficiais da raia luso-castelhana com o intuito de resolver as inúmeras disputas locais entre povos vizinhos⁵. Contudo, outros limites geopolíticos prendiam a atenção dos dois reinos ibéricos, como aqueles que se discutiam a propósito do meridiano de Tordesilhas, nas ilhas Molucas e no Brasil.

O controlo efetivo do território e das populações pressupunha o seu reconhecimento e inventariação, bem como a sua representação gráfica. Assim, a partir do século XVI, vão surgir as primeiras descrições corográficas, geográficas e cartográficas do território português, no seu conjunto ou por regiões, procurando individualizá-lo e distingui-lo no espaço ibérico.

A primeira e mais antiga representação da fronteira foi realizada em 1509-10 por Duarte de Armas, um oficial régio que durante a sua visita a todas as fortificações fronteiriças portuguesas, elaborou um álbum de plantas e vistas intitulado *Livro das Fortalezas*, dos quais chegaram até aos dias de hoje dois exemplares⁶. Das 56 vistas das povoações fronteiriças, 13 figuram os castelos da fronteira luso-galega, sendo que 6 situam-se na Província de Trás-os-Montes e 7 na de Entre Douro e Minho, completando-se com mais 11 plantas destes castelos raianos⁷.

Os castelos fixavam, assim, uma fronteira militarizada, para ser reconhecida pelas populações de um e de outro lado, e assegurar a defesa contra qualquer impulso expansionista vindo de Castela⁸. No entanto, aquando da demarcação fronteiriça ordenada por D. João III, entre 1537-38, as descrições deixadas por Mem Afonso de Resende, seu emissário e visita-

da fronteira. Ver A. Martins, *Guerras Fernandinas, 1369-1382*, Matosinhos, 2008 e A. López Carreira, “A intervención de Fernando I en Galicia: una alteración momentánea da fronteira”, *Revista da Faculdade de Letras – História* [Porto], II série, vol. XV-I, 1998, 177-186.

5. JMagalhães, *op. cit.*, 34-36.

6. «Tal levantamento visava a informar o Rei sobre a operacionalidade, poder de fogo e comunicações entre os 56 castelos da região fronteira, de Castro Marim a Caminha. Seus “debuxos” são extremamente relevantes do ponto de vista estratégico, topográfico e tático, indicando os itinerários entre cada fortaleza, registrando seus nomes e distâncias (em léguas), estado dos caminhos, disposições do terreno, cursos de água, pontes, fontes, poços de água, bombardeiras, etc.», B. Bueno, “Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares: a Importância da “Ciência do Desenho” na Construção de Edifícios e Cidades”, *Revista Urbanismo de Origem Portuguesa*, 4, julho 2001, http://urban.iscte.pt/revista/numero4/artigos/artigo_03.htm., acedido em 28 de agosto de 2011. Para além deste levantamento gráfico, durante o reinado de D. Manuel I procedeu-se a uma marcação física, implantando marcos de fronteira, de forma a registar e a inscrever na paisagem uma «linha» de separação entre os dois reinos ibéricos. Ver W. Rossa, M. Conceição e L. Trindade, “Raia e Cidade”, *Monumentos*, nº 28, 2008, 6 – 21.

7. D. Armas, *Livro das Fortalezas*, 3ª ed., Lisboa, 2006.

8.E. Cruzen, “O Viajante Duarte de Armas e sua Obra Imagética sobre a Fronteira Luso-Castelhana (1509)”, *Oficina do Historiador*, v. 5, 1, jan./jun. 2012, 84.

dor, dão conta da existência de uma fronteira muito permeável marcada pela existência de relações quotidianas entre povos raianos⁹.

Ainda no século XVI, o conjunto da fronteira foi fixada cartograficamente com a edição em Roma, por Michelle Tramezzino, do primeiro mapa de Portugal cuja autoria é atribuída a Fernando Álvaro Seco: uma linha tracejada separa o Reino de Portugal dos demais territórios fronteiriços - Galiza, Leão e Andaluzia, mas nunca a Espanha - identificados pelas respetivas Armas heráldicas¹⁰.

No entanto, esta «linha», mais simbólica do que real, apenas reforça politicamente a leitura geográfica evidenciada pela densa rede hidrográfica e núcleos de povoamento, e respetivos topónimos, que contrasta com o vazio cartográfico sobre o território espanhol vizinho¹¹. Esta será a imagem da fronteira portuguesa que se perpetuará até à segunda metade do século XVII, à medida que o mapa de Álvaro Seco foi conhecendo inúmeras cópias, versões e variantes, produzidas, sobretudo, por autores flamengos e holandeses, que se basearam nas versões de Gerard de Jode (1565) e de Abraham Ortelius (1570)¹².

Quando Filipe II de Espanha se tornou, também, rei de Portugal (Filipe I), unindo politicamente a Península Ibérica sob a mesma Coroa entre 1580-1640, a fronteira terrestre perdeu o seu valor estratégico. Neste período, uma maior atenção foi prestada às condições de defesa da fronteira marítima, tendo sido construídas inúmeras fortalezas para proteção do litoral português, as primeiras em Portugal planeadas pelos conceitos da arquitetura militar «moderna», riscadas por alguns dos melhores arquitetos e engenheiros militares ao serviço de Filipe II¹³.

2. A fronteira fortificada, séculos XVII-XIX

Esta situação alterou-se a partir dos finais de 1640, aquando do início da Guerra da Restauração (1640-1668). A Raia voltou a ganhar interesse geoestratégico, pois a Coroa viu-se na contingência de consolidar as fronteiras nacionais face à ameaça de invasão pelos exércitos

9. H. Moreno (Coord.), *Demarcações da Fronteira – Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro e Minho*, Porto, 2003, t.3, 149-194.

10. J. Garcia, “A Lusitânia para o Cardeal Guido Sforza: um Mapa de Portugal de 1561 na Biblioteca Nacional”, *Revista da Faculdade de Letras - História - Porto*, III Série, vol. 11, - 2010, 363-368.

11. J. Garcia, “A Configuração da Fronteira luso-espanhola nos Mapas dos Séculos XV a XVIII”, *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, XI, 41, 1996, 293-321.

12. M. Alegria, “Arcaísmos e progressos na evolução do conhecimento cartográfico do Mundo (Séculos XV a XVIII)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 12, 1998, 267-291.

13. Salientam-se, entre outros, os nomes e as obras de Tiburcio Spanochi, Leonardo Turriano, Filippo de Terzi e Alexandre Massai. Para o Algarve, ver L. Guedes, “Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A *Descrição* de Alexandre Massai (1621)”, *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Lisboa 1996; sobre as fortificações da costa alentejana ver A. Quaresma, *Alexandre Massai - A “Escola Italiana” de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*, Sines, 2007; sobre as obras defensivas no estuário do rio Sado e Península de Setúbal, ver G. Portocarrero, *Sistemas de Defesa Costeira na Arrábida Durante a Idade Moderna – Uma visão Social*, Lisboa, 2003.



Figura 1. Carta Geografica da Provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661, escala ca. 1: 350 000, por Michel Lescolles, em 1661. Fonte: Bibliothèque Nationale de France, Cartes et Plans, Ge D-13875.

espanhóis. Para isso, as concepções militares da época indicavam a necessidade de se proceder à fortificação de lugares estratégicos (ou ao seu reforço), geralmente locais que permitiam a defesa de linhas de penetração (as «entradas naturais») para o interior do país. Contudo, a urgente situação militar e a falta de técnicos especializados motivaram a colocação de vários oficiais estrangeiros, contratados ao serviço de Portugal, a maioria dos quais engenheiros militares de nacionalidade francesa, com o intuito de dirigirem as obras defensivas, de organizarem as unidades, de transmitirem os seus conhecimentos aos oficiais portugueses e de procederem ao reconhecimento cartográfico do território¹⁴.

Desde o início deste longo conflito pela independência de Portugal, as províncias do Norte de Portugal, muito especialmente a do Entre Douro e Minho, constituíram um importante teatro de operações, ainda que não tenha sido aqui travada qualquer batalha relevante. Ainda que, numa primeira fase da Guerra, as ações bélicas se caracterizassem pelas sucessivas incursões e razias (saque, destruição e pilhagens) de aldeias e lugares, num e noutro lado da fronteira, a mudança da conjuntura geopolítica internacional (Paz de Vestefália, em 1648), a eminente derrota da revolta na Catalunha, concretizada aquando do Tratado dos Pirenéus, em 1659, com a conseqüente perda do apoio oficial da França, faziam antever novos esforços por parte de Filipe IV na recuperação do território português para a monarquia espanhola.

14. L. Moreira, *O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas*, Lisboa, 2011.

Assim, em toda a fronteira do Minho, e ao longo da década de 1650, foi tempo de reforçar e de reestruturar as fortalezas e praças-fortes do Minho: Ínsua, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço, para além dos pequenos fortes e fortins construídos em locais estratégicos com o intuito de travar a progressão das tropas inimigas¹⁵.

Surgiram, então, vários levantamentos corográficos, topográficos e cartográficos de carácter militar, não só para apoiar a construção das obras de arquitetura militar, como também para planear os movimentos, defensivos e ofensivos dos exércitos, mas adquiriam uma expressão territorial limitada à área envolvente da praça-forte, ou apenas a determinados troços de fronteira, dado que era aí onde iriam decorrer as principais ações militares. Este tipo de Cartografia Militar ou, se preferirmos, de uso militar, era constituída por exemplares manuscritos, de diversas escalas, apresentando características geoestratégicas/militares e, por essa razão, de circulação restrita (apenas nos meios militares, políticos ou diplomáticos).

O mapa mais antigo da fronteira do Minho de que temos conhecimento é manuscrito, colorido, data de 1652 e tem por título *Carta do curso do Rio Minho que divide el Reino de Portugal, Galiza, com las villas castellos e lugares que tem ao longo da sua corrente*¹⁶. O mapa representa todo o espaço compreendido entre os rios Minho e Lima, assim como uma pequena faixa de território galego contíguo à fronteira, numa escala de ca. de 1/1 000 000 e inclui duas plantas em anexo, uma do castelo de Castro Laboreiro, outra do Forte de Santiago na foz do rio Lima, o que é bem revelador do seu carácter intrinsecamente militar¹⁷.

O conjunto das fronteiras da Província de Entre Douro e Minho foram fixadas cartograficamente na *A Carta Geografica da Provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661*, o mais antigo mapa do conjunto daquela província, elaborado pelo engenheiro militar francês Michel Lescolles¹⁸ (Figura 1).

A ação deste oficial francês merece amplo destaque, quer pelo papel desempenhado no Brasil, quer nas províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, enquanto oficial

15. A fortificação da moderna da fronteira ocorreu num e noutro lado da Raia. Veja-se, por exemplo, os casos da fronteira da Galiza com o Minho português, R. Blanco-Rotea, “Las fortificaciones de Goián-Vila de Cerveira-Medos en el territorio fortificado transfronterizo galaico-portugués”, en A. Ruibal Rodríguez (dir.), *Castillos de España – Ejemplar Monográfico de las Fortificaciones Galaicas*, Madrid 2011, 139-154; de Castela-Leão e Extremadura com Beira portuguesa, em F. Cobos e J. Campos, *Almeida/Ciudad Rodrigo. La fortificación de la Raya Central/A fortificação da Raia Central*, Ciudad Rodrigo, 2013; R. García Girón, “Las Fortificaciones de la Frontera de Castilla tras la Secesión Portuguesa (1640)”, *Cuadernos de Arte e Iconografía*, Tomo XVIII, nº 35, 2009 e J. Caro Corral, “La frontera cacereña ante la Guerra de Restauración de Portugal: Organización defensiva y sucesos de armas (1640-1668)”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXVIII, nº I, 2012, 187-226.

16. O mapa encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, sob a cota Gav. IV, nº 29. Uma reprodução deste exemplar foi incluída no Catálogo *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, com o número 26. Cfr. S. Daveau. “Lugares e Regiões em Mapas Antigo”, en A. Hespanha (dir.), *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, Lisboa 1997, 56.

17. Sobre a planta e vista do castelo de Castro Laboreiro, ver J. Garcia e L. Moreira. “Castro Laboreiro na Guerra da Restauração: análise de duas plantas do castelo”, *Boletim Cultural de Melgaço*, nº 8, 2009, 75-92.

18. Bibliothèque Nationale de France, Cartes et Plans, Ge D-13875

de Artilharia e de Engenharia Militar (projetou/dirigiu as obras nas fortalezas de Cerveira, Valença, Monção, Extremo, Chaves e Bragança), quer por todos os outros projetos que não os de índole exclusivamente militar, como diversas obras de engenharia hidráulica, o risco de obras de arquitetura civil e religiosa ou a direção das «Aulas de Artilharia e Fortificação» que tinham lugar no edifício da Vedoria de Viana, preparando e formando engenheiros e colaboradores, instituindo uma verdadeira Escola de Engenharia Militar¹⁹.

Este mapa manuscrito do Entre Douro e Minho, elaborado numa escala de ca. 1: 350 000, está orientado com o Este no topo, colocando em evidência os territórios fronteiriços da «parte da Galiza», entre a Ria de Vigo, o vale do Minho, e a raia seca desde a foz do rio Trancoso à Portela do Homem. O espaço entre os rios Minho e Lima, que constituiu o teatro de operações da guerra, foi figurado com maior detalhe e pormenor que o restante território provincial. O autor figurou a orografia através do desenho de vários pequenos montes em perspectiva, procurando identificar o nome das serras; fixou, também, uma completa rede hidrográfica e marcou mais de 200 localidades e respetivos topónimos, muitas das quais interligadas através de uma densa rede viária.

Finalmente, a figuração dos fortes e das fortalezas do vale do Minho, numa e noutra margem, dão conta das principais ações militares ocorridas e permitem adivinhar uma clara utilização militar deste documento²⁰.

Mesmo após o fim do conflito, e ao longo das décadas seguintes, prosseguiram os levantamentos e os reconhecimentos de toda a raia do Alto Minho, com o intuito de assegurar a manutenção, reparação e renovação das praças e fortes da fronteira, sob supervisão do engenheiro Lescolles e após a sua morte ocorrida em 1683, pelo seu discípulo Manuel Pinto de Vilalobos. Como resultado deste esforço, foram elaboradas novas plantas de cada uma das praças-fortes, que terão tido utilidade prática nas aulas de engenharia que os próprios lecionavam em Viana da Foz do Lima, mas também foram remetidas para análise e crítica do Conselho da Guerra, junto da Corte portuguesa²¹.

De todas as representações das praças e fortalezas que constituíam a linha defensiva da fronteira do Minho, aquela que conheceu maior divulgação foi a planta do sistema defensivo de Vila Nova de Cerveira, levantada e desenhada por Lescolles²².

19. A. Reis, “Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do Séc. XVIII”, *Cadernos Vianenses*, t. 19, 1995, 159-166.

20. Sobre este contexto específico ver A. Silva, “A obra de Miguel Lescolle na fronteira do Minho durante a Guerra da Restauração”, em J. Silva (coord.), *Nos 250 anos da chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidades, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no exército português*, 2013, 985-1008.

21. Numa carta que dirigiu a D. Pedro II, Lescolles afirmava: «[...] por bem me fazer m.ce fuy visitar as fortificações e almazens das praças fronteiras desta prou.ca p^a de todo fazer aviso e relação ao dito senhor no seu Con.lho de Guerra com as plantas da maior parte dellas, nas quaes de presente estou trabalhando, e que com brevidade posiuel remeterey [...]». Cfr. A. Castro, *A Praça forte de Valença do Minho*, Valença, 1994, 186.

22. Silva, *op. cit.*, 997.

Em 1663, o exército português iniciou uma ofensiva sobre a povoação de Goián, frente a Cerveira, conquistando um pequeno forte aí existente e estabelecendo uma base de operações na Galiza, ligada à margem portuguesa por uma ponte de barcas. Para defender esta «testa de ponte», foi construído o forte de Nossa Senhora da Conceição, que se apoiava nas fortalezas da margem portuguesa, o que motivou a construção do «Forte dos Medos» ou de «Santiago Carrilho», por parte das forças espanholas, com o intuito de fechar a progressão em direção a Tui.

São conhecidos vários planos manuscritos deste sistema nos principais arquivos ibéricos, mas a grande divulgação foi feita pela inclusão de uma cópia impressa no primeiro volume da conhecida obra do engenheiro militar francês Alain de Manesson-Mallet, *Les Travaux de Mars*, editada em 1671. A partir desta obra foram realizadas várias cópias e variantes, também impressas, mesmo quando este sistema já tinha sido desmantelado, pouco tempo após a assinatura do Tratado de Paz de 1668.

Das restantes imagens das praças fronteiriças, elaboradas nas últimas décadas do século XVII, apenas se conhece uma cópia de uma planta da fortaleza de Valença, elaborado por Vilalobos em 1691, mas referindo tratar-se de uma cópia de uma planta cujo original fora elaborada por Lescolles.

A Guerra da Restauração constituiu uma oportunidade de renovação para a cartografia terrestre portuguesa, na medida em que forneceu a experiência prática de formação para os técnicos e de engenheiros militares, tanto estrangeiros como portugueses²³, o que veio a ser reconhecido com a constituição de Academias Militares ou Escolas de Fortificação das Províncias, criadas por decreto real de D. Pedro II, nas Províncias de Entre Douro e Minho, Alentejo e Beira, em Julho de 1701²⁴.

A fronteira do Minho voltou a merecer a atenção das autoridades centrais quando Portugal se envolveu na Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714), a partir de 1704. Embora a Província de Entre Douro e Minho não tenha constituído teatro de operações militares, a defesa de toda a fronteira terrestre com Espanha foi considerada prioritária pela Coroa, pelo que foi necessário assegurar as condições de defesa das fortalezas fronteiriças.

Desta vez os trabalhos foram conduzidos pelo novo engenheiro da província, Manuel Pinto de Vilalobos, que herdara os documentos do mestre francês Lescolles, bem como a direção da Academia Militar de Viana²⁵. De todos os trabalhos, que também incluem um

23. Cfr. M.T. da Conceição, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra. Formação do espaço Urbano em Almeida (Século XVI-XVIII)*, Lisboa, 2002, 85-86.

24. Entretanto, outras Academias haviam sido criadas oficialmente nos territórios ultramarinos, nomeadamente, na Bahia em 1696, Rio de Janeiro 1698, Maranhão 1699 e Recife 1701. Cfr. M. Cardoso, “Aulas públicas militares na América Portuguesa antes do período pombalino”, *Revista Brasileira de História Militar*, II, nº 4, 2011, 1-24.

25. Ver a carta que D. João de Sousa, Governador Militar da Província do Minho, enviou ao Secretário de Estado sobre os papéis que se encontraram de Miguel de Lescolles. Cfr. L. Guerreiro, *Manuscritos do Fonds Portugais da Biblioteca Nacional de França*, Lisboa, 2001, 504. Sobre a obra de Vilalobos, no que respeita à sua vida de engenheiro militar como de arquitecto civil e religioso, ver a dissertação de M. Soromenho, *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*, t.d., 3 vols, Lisboa, 1991.



Figura 2. [Planta da fortificação de Monção], escala ca. 1/5000, por Manuel Pinto de Vilalobos, em 1713. Biblioteca Nacional de Portugal, D. 238 V.

projeto de fortificação para a cidade de Lisboa, merece especial destaque o «atlas» (ou álbum) das plantas das Praças de Guerra da Fronteira do Minho, onde se incluem, para além das do vale do Minho, as plantas de Viana, Lindoso e Chaves e é complementado por outros mapas, ou do terreno envolvente das praças, ou outros mais gerais²⁶.

Mais uma vez, a fronteira foi representada na perspetiva militar, composta por um conjunto de imagens descontínuas correspondentes ao espaço envolvente das fortalezas (Figura 2).

A primeira representação dos limites da Província de Entre Douro e Minho, para fins não militares, ocorreu na década de 1730, aquando da impressão dos mapas das 6 Províncias

26. Existem várias cópias dos exemplares que compõem este «álbum» nos arquivos portugueses, embora muitos dos exemplares não tenham autoria atribuída. Os exemplares que se conservam na Biblioteca Nacional de Portugal, na Área de Iconografia, estão assinados por Manuel Pinto Vilalobos e datados de 1713; o álbum existente na Sociedade de Geografia de Lisboa permanece anónimo, pelo que se poderá considerar uma cópia do da Biblioteca Nacional de Portugal. Alguns mapas «soltos» podem ser consultados no arquivo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército, ainda que sem data ou autoria atribuída.

portuguesas - acompanhados de um mapa de conjunto do território nacional continental - por Charles de Grandpré, em 1729-1730 e publicados, pela primeira vez, no segundo volume da *Geografia Histórica* de D. Luís Caetano de Lima, em 1736²⁷.

O mapa *Provincia de Entre Douro e Minho* é impresso, de pequena dimensão (25 x 17 cm), encontra-se dentro de uma dupla esquadria a preto e, no canto superior direito, dentro de uma cartela a imitar um pergaminho desenrolado, está o título. Ainda dentro da cartela, o autor colocou o petipé que permite calcular a escala do mapa em cerca de 1/635 000. Sobre o oceano, que o autor denomina por «Mar de Portugal», encontra-se desenhada uma rosa-dos-ventos. A carta não apresenta qualquer legenda, mas no canto inferior esquerdo, encontramos a indicação do seu autor e/ou do seu gravador, local e a data de gravação: “de Grandpré Fecit Lisboa 1730”.

O primeiro mapa impresso da Província de Entre Douro e Minho, não é um mapa topográfico resultante de levantamentos precisos e pormenorizados, trata-se antes de um mapa de divulgação para ilustrar uma obra denominada *Geografia Histórica*. O referido mapa antecedia a descrição geográfica e histórica da respetiva província, permitindo ao leitor localizar geograficamente as cidades, as vilas, os rios e as montanhas descritos na obra. No entanto, no texto referente à Província de Entre Douro e Minho, não há qualquer referência ao mapa, o que parece indicar que ambos tiveram uma evolução independente, o que facilmente se compreende tendo em conta as suas datas de impressão (1730) e da obra onde foi inserto (1736).

A fronteira foi figurada por uma linha tracejada, assinalando-se com bastante pormenor a linha fortificada, numa e noutra margem do rio Minho, parecendo existir uma intenção de divulgar junto de um público mais vasto, a existência de fronteiras vigiadas e defendidas.

Em todo o caso, este mapa renova a imagem da Província de Entre Douro e Minho e vai constituir uma fonte para futuros mapas de Portugal como o de Pedro Gendron de 1751, *Portugal dividido en sus provincias*, o de Rizzi Zannoni, de 1762, *Cartes des Royaumes de Portugal et d'Algarve*, e o mapa de Thomas Jefferys, também de 1762, *Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve*.

Aquando da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que envolveu as principais potências europeias num verdadeiro conflito mundial, a diplomacia portuguesa cedo compreendeu que seria uma questão de tempo até que os dois reinos ibéricos fossem arrastados para o confronto, pelas mãos dos seus principais aliados. Neste contexto, entre 1755 e 1760, foram realizados vários levantamentos/reconhecimentos topográficos e cartográficos, sobretudo nas proximidades das praças-fortes dispostas ao longo da fronteira terrestre, no sentido de se preparar a defesa do país²⁸.

27. Do autor-gravador, pouco se sabe. Luís Chaves, confirma-nos que Grandpré, foi um dos impressores estrangeiros contratados por D. João V, para a Imprensa Régia da Academia de História. Cfr. L. Chaves, *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*, Coimbra, 1927. Ver, também, o recente estudo de A. Coutinho, *Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII*, t.d., Porto, 2007.

28. O mesmo ocorria do lado espanhol. Ver, M. Pita Gonzalez, “La cartografía de la frontera hispano-portuguesa en el siglo XVIII: trabajos de Antonio Gaver en la zona de Andalucía”, *XXIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra*, Campofrío (Huelva) 2010, 387-395.

Na Província de Entre Douro e Minho são conhecidos, pelo menos, dois reconhecimentos cartográficos: um, de autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão, datado de 1758, intitulado *Topografia da Província de Entre Douro e Minho*, inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral da província, para além de uma *Carta Geographica do Continente da Província de Entre Douro e Minho e de sua Costa Marítima e Raia*, e que foi oferecido pelo autor, enquanto «discípulo» de engenharia, ao então Conde de Oeiras e «Primeiro Ministro» de Portugal, futuro Marquês de Pombal²⁹. Os mapas dos troços de fronteira foram acompanhados de uma pequena descrição do território, salientando-se as informações sobre a possibilidade de travessia dos rios, a transitabilidade das estradas e as condições de defesa. O cometário algo depreciativo, escrito no mapa do troço fronteiro de Castro Laboreiro, «os moradores de Castro, gente indómita e intratável, estão aliançados com os galegos», evidencia a perspetiva centralizadora da Administração que pretende definir e fixar as fronteiras e já não tolera os localismos próprios da vivência secular das populações raianas.

Para além dos trabalhos deste autor, existem vários outros exemplares assinados por José Martins da Cruz, Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro, na Província do Minho, que elaborou um pequeno «atlas» constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes ali existentes, no ano de 1759³⁰. As duas obras constituem uma prova da vitalidade da Academia de Fortificação de Viana.

A invasão franco-espanhola, que daria origem à denominada Guerra Fantástica, concretizou-se durante a campanha da Primavera-Verão de 1762, tendo sido escolhido como principal teatro das operações a Província de Trás-os-Montes. Em pouco tempo, as principais praças desta Província renderam-se e foram ocupadas por guarnições espanholas. Ao que tudo indica, o principal objetivo seria a conquista da cidade do Porto, mas a resistência oferecida pelas milícias impediu os invasores de entrar na Província de Entre Douro e Minho. Assim, no início de Julho, o Estado-maior espanhol decidiu interromper a invasão por Trás-os-Montes, abandonando a maioria das fortalezas conquistadas, com exceção da de Chaves, e transferir o teatro das operações para a Beira Baixa³¹.

Para auxiliar as forças portuguesas em campanha, a Coroa solicitou o apoio do governo inglês, que enviou um contingente militar liderado pelo Conde de Shaumburg-Lippe, com a missão mais alargada de reformular a orgânica, a composição, as táticas e o armamento do exército português, modernizando-o à semelhança de outros congéneres europeus³².

29. Em 1994, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, lançou uma edição *fac-símile* da obra, acessível ao grande público. Aí são referidos alguns pormenores biográficos deste autor. Cfr. M. Meireles, “Introdução”, em *Topografia da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão*, ed. Fac similada, Porto 1994.

30. Os vários exemplares cartográficos de Martins da Cruz encontram-se no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, na Direção de Infra-Estruturas do Exército português.

31. A. Barrento, *Guerra Fantástica – 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, Lisboa, 2006.

32. Cfr. F. Marques, *Exército e Sociedade em Portugal, no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, Lisboa 1989, 28-53.

Neste sentido, vários engenheiros militares estrangeiros, alguns dos quais contratados por Portugal para trabalharem nas demarcações das fronteiras do Brasil, os outros integrando o contingente militar que acompanhou o Conde de Lippe ou contratados diretamente pelas autoridades portuguesas, também deixaram o seu contributo para o reconhecimento cartográfico do país. Para o Entre Douro e Minho dois nomes se destacam: Jean Benoit Pyton (ou João Bento Pitão) e José Champalimaud de Nussane.

Em Janeiro de 1763, depois de terminadas as principais ações militares em território português, mas ainda antes dos dois países assinarem o tratado de Paz, o que só aconteceu no mês seguinte, o Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, e simultaneamente, Comandante General do Exército volante da Província do Minho, George Cary, ordenou o levantamento de um mapa da fronteira da Província de Entre Douro e Minho³³.

O *Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illmº e Exmº S.or D. Jorge Cary do Conselho de S. Magestade Tenenete General de Seus Exercitos Governador da provinci de Tras dos Montes e Comandante General do Exercito Volante da mesma Provincia, da do Minho, e Partido do Porto &ª, desenhado com auxílio de bússola por Jean Benoit Python*, põe em destaque os preparativos da defesa militar desta província, com o intuito de conter o exército invasor em Trás-os-Montes e na Galiza. Assim, o autor apenas figurou o contorno da Província, seguindo os seus limites de acordo com um itinerário, assinalando o dispositivo militar defensivo e deixando o interior completamente vazio de informação. É, de novo, uma leitura militar do território que faz sobressair alguns elementos geográficos em detrimento de outros, de acordo com a tradição da cartografia militar terrestre que, em Portugal, remontava ao tempo da Guerra da Restauração.

Para além deste mapa, Python foi responsável pela elaboração de outras duas imagens parciais da fronteira: a planta da praça-forte de Valença, datada de 1762 e da de Chaves, em 1763³⁴.

33. O brigadeiro George Cary foi um dos vários oficiais superiores britânicos que chegaram a Portugal em junho de 1762, mas que integraram o Exército português. Assim, no dia 6 desse mês, Cary foi nomeado Marechal de Campo e promovido a Tenente-General no dia 6 de Novembro de 1762.

34. Diz-nos S. Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal*, ed. fac simulada do exemplar de 1899, t.2, Lisboa, 1988, 330-331, que João Bento Python, foi nomeado engenheiro, em 1758, por ter servido nas demarcações portuguesas da América do Sul, à semelhança do que ocorreu com outros oficiais estrangeiros. M. Ferreira, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional – Os Trabalhos Demarcadores das Partidas do Sul e a sua Produção Cartográfica (1749 1761)*, Lisboa, 2001, 252-254, confirma que o engenheiro francês chegou ao Rio de Janeiro, em 1751, com o posto de Ajudante e ali permaneceu até aos finais de 1759, por ter mostrado capacidades profissionais exemplares. Sousa Viterbo indica-nos que o cartógrafo, uma vez regressado a Portugal, foi colocado na Província do Minho sob as ordens de George Cary tendo procedido ao levantamento cartográfico das Províncias de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes. Este biógrafo diz-nos ainda que, no Arquivo Militar do Rio de Janeiro existe uma coleção relativa à Província de Trás-os-Montes executada por Luís Gomes Carvalho e João Bento Python. Alguns exemplares encontram-se no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, da Direção de Infra-Estruturas do Exército, sob as cotas 3602/I-3-32-44 e 3602/II-3-32-44, mas também existe um exemplar no Service Historique de la Défense, em Vincennes.

Quanto ao engenheiro José Champalimaud de Nussane trabalhou, quase exclusivamente, na Província de Entre Douro e Minho. Contratado para a campanha militar de 1762, numa primeira fase colaborou ativamente com Python e, posteriormente, dirigiu as obras de requalificação da praça de Valença, tendo assinado várias plantas, uma datada de 1766 e outra de 1777, estabeleceu planos de defesa da costa do Minho, elaborou, em 1786, um mapa da Província de Entre Douro e Minho e tornou-se Diretor das Obras Públicas da Cidade do Porto³⁵.

Tal como aconteceu aquando da Guerra da Restauração no século XVII, a presença de técnicos militares originários de diferentes escolas europeias durante a Guerra Fantástica, contribuiu para uma renovação da cartografia nacional, tanto mais que muitos destes engenheiros militares acabaram por se estabelecer em Portugal, dando continuidade aos seus trabalhos e transmitindo os seus conhecimentos. Os exemplares cartográficos elaborados neste contexto, evidenciam uma evolução qualitativa relativamente aos anteriores. Assim, para além dos espaços que envolvem as praças de guerra e as fortificações, também foram realizados esboços dos terrenos fronteiriços, nos quais, para além do relevo (geralmente representado por sombreados) e da rede hidrográfica, também foram destacados os itinerários de invasão, com as estradas e as pontes, as povoações principais e as obras defensivas.

A última década do século XVIII foi marcante para a política interna e externa de Portugal. Internamente, o início da década ficou marcada pela tentativa de implementação de uma importante reforma administrativa que, no mais perfeito espírito iluminista, pretendia criar uma divisão administrativa racional e eficaz, substituindo as unidades administrativas herdadas da Idade Média e que eram tidas como obstáculo para o desenvolvimento do país, para a centralização da administração e para a aplicação da justiça. No plano externo, a situação do país conheceu novos desenvolvimentos, decorrentes do novo quadro geopolítico europeu que emergiu da Revolução Francesa de 1789.

O projeto da Reforma das Comarcas de 1790-92, justificou a elaboração de um mapa do conjunto da Província de Entre Douro e Minho, segundo métodos científicos. O seu autor foi o engenheiro militar Custódio José Gomes de Vilasboas, e o seu *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho, levantado em 1794*, constitui mais um mapa corográfico para uso geral, do que um mapa militar da Província, ainda que os elementos militares fronteiriços tenham sido postos em relevo e o mapa tenha tido uma ampla utilização militar nas décadas seguintes³⁶.

No plano diplomático, se numa primeira fase tudo se fez para manter uma posição de neutralidade, após a execução do rei Luís XVI, em 1793, as nações europeias formaram uma coligação antirrevolucionária, com o objetivo de repor a ordem monárquica, e foi deste modo que Portugal acabou por assinar um tratado com a Inglaterra e a Espanha, no sentido de in-

35. Viterbo, *op. cit.*, vol I, p. 539 e vol. II, 1988, p.207. A. Nonell, *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*, Porto, 2002, 108-111.

36. Custódio José Gomes de Villasboas era originário de Barcelos e toda a sua obra ficou ligada à Província do Minho. Para além de vários mapas e plantas da Província de Entre Douro e Minho, o engenheiro Villasboas, dirigiu as obras de encanamento dos rios Lima e Cávado, coligiu um cadastro populacional da Província do Minho, compôs um projeto para elaborar uma Geografia Económica do Entre Douro e Minho. ver L. Moreira, *ob. cit.*

tervirem contra a França. Como consequência, foi enviada para a Catalunha uma Divisão Auxiliar composta por cerca de 5500 homens –colocada ao serviço do exército espanhol– que travou algumas batalhas contra os franceses, entre 1793 e 1795, naquela que ficou conhecida na historiografia portuguesa como a «Campanha do Rossilhão», mas que na prática não trouxe qualquer vantagem para a diplomacia portuguesa, muito pelo contrário, uma vez que colocou o nosso país numa difícil posição de beligerante contra a França republicana³⁷.

Assim, os anos que se seguiram à guerra foram muito instáveis, na medida em que Portugal procurou manter «uma neutralidade impossível» face ao clima político-militar que se vivia na Europa³⁸. Deste modo, em 1796, na iminência de uma nova guerra com Espanha – que após a Paz de Basileia se tornou, mais uma vez, aliada de França³⁹ –, a Coroa Portuguesa optou por uma estratégia predominantemente defensiva, com o objetivo de manter a inviolabilidade do território nacional, procurando-se conter o inimigo na fronteira terrestre ou, na impossibilidade de concretização de tal plano, proteger e defender a capital.

Em 1797, com o intuito de pressionar o nosso governo a aceitar as condições de paz decretadas pela França, Manuel de Godoy, primeiro ministro de Espanha, concentrou um forte exército na fronteira portuguesa, respondendo o governo português de forma semelhante, tendo-se juntado ao exército nacional, reforços enviados pela Inglaterra.

Entretanto, reforçaram-se as fortificações costeiras, contrataram-se, mais uma vez, alguns oficiais estrangeiros para liderarem o Exército português e foi ordenado ao Exército, mais especialmente ao Real Corpo de Engenheiros, que realizasse uma série de memórias, geralmente acompanhadas por um mapa, sobre as condições gerais de defesa da fronteira e do território português. Em finais do século XVIII, o esforço realizado pela Coroa portuguesa, no sentido de criar um corpo técnico militar especializado, deu, finalmente, frutos, e estes levantamentos foram já conduzidos, na sua maioria, por oficiais portugueses. Para a Província de Entre Douro e Minho, esta missão foi atribuída, entre outros, a Maximiliano José da Serra e ao já referido Custódio José Gomes de Villasboas, que agora redigiu várias memórias

37. C. Selvagem, *Portugal Militar – Cômpendio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, 2ª reimpressão, Lisboa, 1994, 486. Ver ainda, A. Vicente, “Do Rossilhão às Invasões Francesas», em *Portugal e a Guerra, história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs.XIX-XX)*, Lisboa 1998, 33-35; e a análise estratégica deste conflito, realizado por J. Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*, Estoril, 2000, 171-214.

38. Vicente, *op. cit.*, 35.

39. A guerra, de forma efectiva, só se materializou em 1801, ano em que ocorreu a invasão franco-espanhola, mais conhecida por «Guerra das Laranjas». Conferir todo este ambiente diplomático-militar em T. Bernardino, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, 1986, 19-28; A. Vicente: “Reflexos da Política de Godoy Relativa a Portugal – Um Projecto da Conquista da Galiza em 1796”, em *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa 2000, pp. 145-159; M. Amaral, *Oliveira – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, Lisboa, 2004 e A. Ventura, *A Guerra das Laranjas – A Perda de Oliveira 1796-1801*, Lisboa, 2004.

militares e descrições topográficas sobre a fronteira alto minhota, geralmente acompanhadas de mapas, como o *Mappa das Fronteiras da Província do Minho*⁴⁰.

Maximiniano José da Serra foi um dos mais ativos engenheiros militares portugueses, cujo trabalho se estendeu entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, tendo trabalhado em diversas províncias portuguesas, não só como engenheiro/arquiteto militar, mas também como «engenheiro de pontes e calçadas»⁴¹. Na Província de Entre Douro e Minho, para além de memórias descritivas, desenhou várias plantas das principais fortalezas –sobretudo de Valença, onde dirigiu importantes obras de consolidação da fortificação– e também de outras praças e fortes da fronteira, entre os quais o da Ínsua na foz do rio Minho que, nos finais do século XVIII, continuava a desempenhar um importante papel estratégico na defesa da barra e da fronteira do Minho, em coordenação com a praça de Caminha, como ficaria demonstrado na fracassada tentativa de travessia do rio pelas tropas napoleónicas, em 1809, aquando da segunda invasão francesa comandada pelo Marechal Soult.

A ameaça de invasão espanhola só se concretizou em 1801, ano em que se travou a Guerra das Laranjas, tendo como teatro principal de operações, mais uma vez, a fronteira do Alentejo. A fronteira do Minho não conheceu qualquer movimentação militar, mas a Província de Trás-os-Montes, ainda que desempenhando um papel secundário, conheceu alguma ação militar na fronteira com a Galiza, pois enquanto os exércitos português e espanhol combatiam no Sul do país, o exército do Norte esboçou uma manobra de diversão (e de dispersão das forças inimigas), invadindo a Galiza pela fronteira de Chaves tentando, em vão, a conquista da fortaleza de Monterrey.

Nos anos seguintes à assinatura do Tratado de Paz de Badajoz, novos levantamentos fronteiriços foram executados, até porque, o perigo francês ainda não tinha sido definitivamente afastado, ainda que, mais uma vez, se limitassem ao espaço das fortalezas.

Nestas primeiras décadas do século XIX, as velhas praças de guerra viram renovadas o seu interesse estratégico, ainda que, as novas considerações técnicas, estratégicas e táticas da Guerra apontassem, cada vez mais, para a perda da sua importância, em detrimento, por exemplo, das condições topográficas.

Neste sentido, os mapas vão fixando cada vez com maior rigor e detalhe, os elementos geográficos e topográficos - relevo, hidrografia, vegetação, rede viária, povoamento - que poderiam ser utilizados para a defesa militar, aumentando o espaço figurado, que já não se restringe à envolvente das praças. Constituem bons exemplos deste tipo de mapas a *Planta militar dos principaes pontos da fronteira da provincia do Minho, comprehendida entre a praça de Valença e o castello de Crasto Laboreiro*, levantada por Martinho José Dias Azedo, Joaquim Pedro Pinto de Souza, Matias José Dias Azedo, em 1809 e a *Planta levantada a golpe de vista*

40. Provavelmente este mapa acompanhava a *Memória sobre as Forças Militares da Província do Minho e da Galiza, com observações sobre a guerra ofensiva e defensiva em 1796*. A. Vicente, “Memórias Políticas Geográficas e Militares de Portugal, 1792/1796”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 41, 1971, 203 - 235, publicou a versão desta Memória, escrita em francês e que contempla um plano de invasão da Galiza. Ver L. Moreira, “O sistema defensivo do Alto Minho em finais do século XVIII – O contributo do engenheiro militar Custódio José Gomes de Vilas Boas”, *Cadernos Vianenses*, 41, 2008, 383-401.

41. M. Dias, *Portugaliae Civitates. Perspectivas cartográficas militares*, Lisboa, 2008.

em consequencia de hum reconhecimento feito entre Melgaço e a Ponte das Varzeas, por Maximiano Jozé da Serra e Matias Jozé Dias Azedo em 1810, levantados no contexto da segunda invasão francesa comandada pelo Marechal Soult.

Para finalizar esta perspetiva historiográfica sobre as representações (carto)gráficas da fronteira da Província de Entre Douro e Minho, é necessário referir aquele que será, porventura, o primeiro mapa de um troço da fronteira luso-galega, elaborado especificamente para representar uma disputa territorial internacional entre os moradores do concelho de Lindoso e os de Lóbios na Galiza.

Em 1803, o engenheiro Custódio José Gomes de Vilasboas foi solicitado para cartografar os limites internacionais no Concelho de Lindoso, visto que se preparava a constituição de uma Comissão de Demarcação dos Limites entre Portugal e Espanha. Deste modo, surge o *Desenho Topographico de huma porção do Conselho de Lindoso na parte que confina com o Reino de Galiza, aonde se representa a linha de limites conforme a posse dos habitantes de lindoso, e segundo os titulos antigos que se achão registados nos Arquivos da Torre do Tombo, e da Sé de Braga, que uniformemente fazem a demarcação pelo cume das serras do Quinjo e das Eiras, mas que os galegos confinantes, pertendem que sirvão de limites os dois pequenos Rios Cabril e Tibo ou Varzea; cujo desenho foi feito de Ordem do Ill^{mo}.E Ex^{mo}. Senhor Gonçalo Pereira Caldas Tenente General dos Exercitos de S.A.R e Governador das Armas da Província do Minho por Custodio Jozé Gomes de Villasboas Capitão do Real Corpo d'Engenheiros Anno de 1803* (Figura 3).

É um mapa manuscrito, colorido, com uma esquadria a preto, com as dimensões de 49 x 35 cm, orientado com Nordeste no topo, de acordo com a rosadosventos que se localiza na parte inferior da planta, ao centro. Possui uma escala em braças, que nos permite calculá-la em ca. 1/ 18 650. O espaço figurado estendese desde a confluência dos rios Tibo e Castro (Laboreiro), até à Portela de Ruivas, na direção NorteSul e desde o lugar de Compostela, na Galiza, até à freguesia de Lindoso, no sentido EsteOeste.

O autor figurou o castelo de Lindoso e as trincheiras que completavam o sistema defensivo daquela parte da fronteira; em redor da povoação, estão representados os campos de cultivo. Nos vales, desenhou uma série de pequenas árvores em perspetiva e o relevo foi representado por *hachures* e as serras principais foram identificadas, quer no lado português, quer no lado galego. Sobre a linha de cumeada, foi traçada a linha de fronteira que separa o *Reino da Galiza = Bispado d'Orense do Reino de Portugal = Arcebispado de Braga*.

Na origem deste mapa, parece estar a ocupação das terras de cultivo e de pastos portugueses pelos moradores das freguesias galegas vizinhas que, deste modo, não pagariam os tributos devidos aos portugueses. Com o intuito de denunciar esta situação e de restaurar a soberania portuguesa sobre aquelas terras, as populações de Lindoso, na sequência da preparação da reforma das Comarcas, enviaram uma petição ao juiz demarcante do Minho que deve ter dado seguimento aos protestos e procurou tomar conhecimento da situação.

A Comissão Demarcadora dos Limites seria constituída em 1806-07, tendo desenvolvido alguns trabalhos de campo no sentido de fixar os limites nesta parte da fronteira, contudo os acontecimentos políticos e militares decorrentes da Guerra Peninsular, não permitiram a conclusão deste projeto, que só foi retomado em meados do século XIX, quando se prepara-

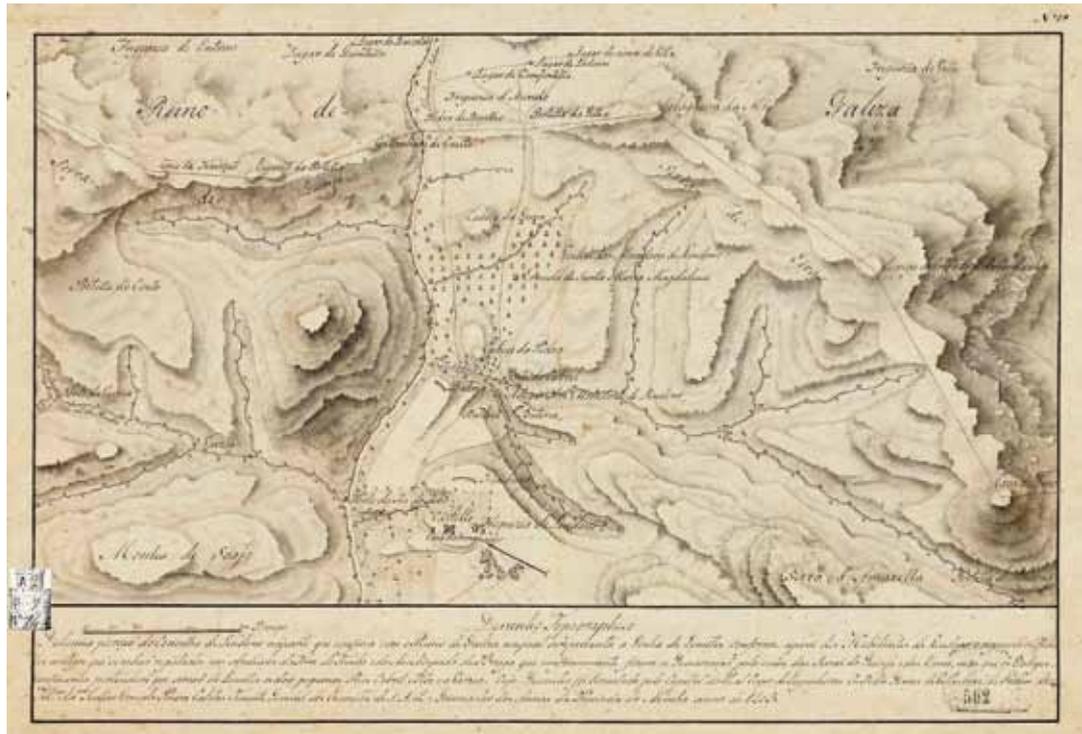


Figura 3. *Desenho Topographico de huma porção do Conselho de Lindoso na parte que confina com o Reino de Galiza, aonde se representa a linha de limites conforme a posse dos habitantes de lindoso, e segundo os titulos antigos que se achão registados nos Arquivos da Torre do Tombo, e da Sé de Braga, que uniformemente fazem a demarcação pelo cume das serras do Quinjo e das Eiras, mas que os galegos confinantes, pertendem que sirvão de limites os dois pequenos Rios Cabril e Tibo ou Varzea; cujo desenho foi feito de Ordem do Illmo. E Exmo. Senhor Gonçalo Pereira Caldas Tenente General dos Exercitos de S.A.R e Governador das Armas da Provincia do Minho . Escala ca. 1/ 18 650, por Custodio Jozé Gomes de Villasboas, em 1803. Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, 2-17-A-25 n° 2138.*

vam os trabalhos que culminaram no Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha, para se estabelecer e fixar, efetivamente, os marcos de fronteira⁴².

Neste âmbito, foram consultados vários exemplares de cartografia militar antiga que constituíram, por vezes, a base para os novos levantamentos, dirigidos por técnicos com ex-

42. M. Dias, *Finis Portugaliae. Nos confins de Portugal, cartografia militar e identidade territorial*, Lisboa, 2009.

periência no reconhecimento cartográfico da fronteira que integravam as comissões mistas de demarcação da fronteira.

Conclusão

Tendo sido estabelecida numa fase inicial da construção do território nacional de Portugal, a fronteira do Alto Minho ao longo da Idade Média, constituiu mais uma linha de aproximação e de continuidade –linguística, histórica, cultural, económica, e paisagística– do que uma linha de separação e de confrontação. Este cenário apenas se alterou a partir dos finais do século XIV, quando a Coroa inicia um processo de reforço e de centralização do seu Poder, mas que se acentua na segunda metade do século XVII, aquando da guerra pela independência.

Aos poucos, a fronteira converte-se numa linha fortificada, vigiada e controlada que se materializa nas várias obras de defesa militar aí construídas. Deste modo, até aos meados do século XIX, as representações gráficas desta fronteira estiveram sempre relacionadas com razões bélicas e de defesa do território, na perspetiva da Engenharia Militar.

Até à segunda metade do século XVIII os mapas militares privilegiaram a figuração das fortalezas e do espaço envolvente, tal como preconizava a teoria militar. A partir dos finais desse século, foi prestado um maior cuidado na configuração da orografia, do relevo, da rede hidrográfica, bem como na figuração da rede viária, pontes, vaus, etc.

Algumas destas imagens seriam utilizadas mais tarde, para apoiar as demarcações específicas e os acertos fronteiriços que o Tratado dos Limites de 1864 definitivamente estabeleceu.